

A ação do governo do Estado da Bahia (Brasil) na reorganização espacial da Bacia do Rio Itapicuru.

Onildo Araujo da Silva

Doutor em Geografia pela USC

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia - Brasil

Esse trabalho sintetiza os resultados de uma investigação cujo objetivo foi analisar os principais aspectos da ação do governo do estado da Bahia (Brasil), a partir de políticas públicas implantadas para a gestão dos recursos hídricos e sua influência na reorganização espacial dos municípios da Bacia do Rio Itapicuru no estado da Bahia - Brasil.

Analisamos a ação do governo estadual entre 1991 e 2012, destacando as estratégias para reorganizar o espaço com o intuito de fornecer água para diversos fins, como o abastecimento de núcleos urbanos e agricultura irrigada.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológico utilizamos o trabalho de campo para levantamentos preliminares e registro fotográfico, a análise documental para avaliar leis, projeto e programas que nortearam a ação do Estado, visitas técnicas para conversar com técnicos de órgãos públicos estratégicos e colher documentos.

A pesquisa constatou que a construção de grandes barragens nos principais rios baianos tem sido a principal forma utilizada pelo Estado para induzir uma série de outras transformações locais e regionais. Além disso, verificamos que a ação estatal tem acontecido de forma claramente inspiração por princípios neoliberais.

Portanto, esse é um processo que tem importante reatamento territorial, usa o caminho da reestruturação da base produtiva com a introdução de tecnologias recentes e que não estavam disponíveis antes nos locais escolhidos pelos programas de governo.

Palavras chave: ação do Estado, reorganização espacial e recursos hídricos.

Eixo Temático: Geografia Política, globalização e redes.

A ação do governo do Estado da Bahia (Brasil) na reorganização espacial da Bacia do Rio Itapicuru.

Onildo Araujo da Silva

Doutor em Geografia pela USC

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia - Brasil

1. Introdução

Esse artigo sintetiza os principais aspectos da ação do governo do Estado da Bahia, a partir de políticas públicas implantadas para a gestão dos recursos hídricos e sua influência na reorganização espacial dos municípios da Bacia do Rio Itapicuru.

Nossa pesquisa constatou que a construção de grandes barragens nos principais rios baianos tem sido a principal forma utilizada pelo Estado de induzir uma série de outras transformações locais e regionais. Fala-se muito em desenvolvimento, combate à pobreza e às desigualdades regionais, num contexto em que a ação estatal esteve marcada pela inspiração claramente neoliberal.

Esse é um processo que tem importante rebatimento territorial, usa o caminho da reestruturação da base produtiva com a introdução de tecnologias recentes e que não estavam disponíveis antes nos locais escolhidos pelos programas de governo.

Desse modo, estudamos o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), o Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH/Ba) e os programas estaduais que estão contribuindo para a construção de infra-estrutura para armazenamento e distribuição de água e seus impactos na bacia do rio Itapicuru.

Para realização da pesquisa fizemos dois recortes, um primeiro recorte temporal, ou seja, estudamos a ação do governo do Estado da Bahia nos últimos 22 anos subdivididos em dois períodos: entre 1991 e 2006 quando governou, por três mandatos seguidos, o Partido da Frente Liberal (PFL) – atual Democratas (DEM) - e entre 2007 e 2012, período que abrange o primeiro e parte do segundo mandato do Partido dos Trabalhadores (PT); e um outro recorte espacial. Interessou estudar o semiárido baiano, um espaço com 393.056,1 km² e 263 municípios, e, dentro do semiárido, a área da bacia do rio Itapicuru em função de ali terem sido realizadas as ações que obtiveram a maior ênfase do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (PGRH/Ba), como a construção de três grandes barragens, construção de adutora, o reassentamento de famílias atingidas pelo lago da barragem de Ponto Novo e a execução de um projeto para irrigar 4 200 hectares de terras.

2. Água, tecnologia e reordenação espacial.

O uso da água é fundamental na construção da relação histórica da sociedade com a natureza. Não poucas vezes as diversas sociedades tiveram que organizar amplas intervenções, de caráter engenhoso e tecnicamente apurado, para dispor de água na medida das necessidades específicas. Assim, a construção social do espaço e os usos do território foram, e ainda o são, fortemente influenciados por essas intervenções, o que permite analisar a relação do uso da água com a produção do espaço e da territorialidade.

O espaço socialmente produzido é resultado da ação de diversos agentes. Entre esses podemos destacar as empresas, as organizações não governamentais, os proprietários de terras e incorporadores imobiliários, as associações e cooperativas e o Estado. É justamente a capacidade do Estado de intervir junto aos demais agentes sociais para direcionar a organização do espaço e a ordenação do território que interessa nesse trabalho. Partimos do princípio de que o Estado é um indutor e ao mesmo tempo agente da produção e organização espacial.

A capacidade do Estado de direcionar a ação social é definida pela força e convicção das políticas públicas implantadas em cada governo e pelo poder constitucional que possui em cada país. Portanto, a ação de políticas públicas específicas pode reorganizar o espaço redefinindo relações de poder que definem os usos do território. Não apenas porque o Estado pode, constitucionalmente, dispor do seu território nacional e nele implantar as ações que entender conveniente, reclamando sempre a autonomia de jurisdição do território sob seus limites, mas porque ele dispõe de um conjunto significativo de recursos capazes de mover os demais atores sociais no sentido de concretizarem planos e programas de governo.

As ações estudadas na nossa pesquisa são exemplos desse processo. Delas resultaram grandes obras de engenharia moderna que dependeram de recursos, de esforços de vários setores da sociedade que, sob o comando de um programa de intervenções públicas, se prestaram ao trabalho de reordenar a dinâmica de um rio de importância estadual. Ou seja, construir as represas, adutoras, redes de energia elétrica, reassentar trabalhadores rurais e, reestruturar o uso do solo rural, são ações de grande porte, realizadas em função da capacidade do Estado de gerir o uso do território.

Verificamos, na área da Bacia do Rio Itapicuru, um processo de intervenções estatais para a disponibilização de redes técnicas que não existiam e que, certamente, influenciaram a recriação de redes sociais capazes de reestruturar as formas de apropriação do território, como, por exemplo, a formação do comitê gestor da bacia, de associações de produtores rurais ou de usuários da água. Portanto, a intervenção estatal origina o processo que reestrutura as redes e os territórios.

3. Políticas públicas e tecnologia.

As necessidades humanas, amplamente reinventadas em tempos de capitalismo globalizado, estão diretamente relacionadas à construção de um conjunto de ações que modificam a natureza através da técnica. O trabalho socialmente organizado é o instrumento que estabelece a possibilidade de ação, sendo sua realização cada vez mais auxiliada por instrumentos técnicos sofisticados.

A técnica, segundo (SANTOS, 1996), é um elemento central no estudo do espaço. Segundo esse autor *“a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”* (p. 27). Além disso, ele chama atenção para a possibilidade da utilização da técnica como elemento de análise da produção e transformação do espaço e como suporte para a empiricização do tempo. As técnicas, enquanto meios instrumentais e sociais com os quais os homens constroem suas vidas são, em si, construções históricas e sociais. Para (SANTOS, 1996) *“as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”* (p. 25).

Um exemplo desse processo é a construção da barragem de Ponto Novo, localizada no semiárido baiano no município de mesmo nome da barragem, que gerou o reassentamento de agricultores que foram colocados diante de um novo conjunto de instrumentos, o que os obrigou a reaprenderem a trabalhar a terra de forma que pudessem se inserir no novo contexto. Isso gerou também readaptação e exclusão, ou seja, muitos agricultores não conseguiram acompanhar as mudanças e acabaram vendendo seus lotes. Desse modo, podemos afirmar que políticas públicas direcionadas podem interferir para que a tecnologia disponível num dado local seja geradora de reestruturações espaciais e territoriais.

A relação entre os homens e as técnicas não é produto de um simples mecanismo de determinação, não podemos percebê-la como resultado estanque de uma relação pré-determinada pela tecnologia. Partimos do seguinte princípio:

A técnica simplesmente não determina a organização social. Imbricada num contexto constante de refazê-la pelo uso cotidiano, ela condiciona atitudes, valores e o jeito de produzir a vida material. Por isso, é no homem, que constrói e usa as técnicas, que devemos buscar as respostas, e não simplesmente resistir a um novo que, sequer, podemos prever as conseqüências (SILVA, 2002. p. 31).

Portanto, a forma como as pessoas, no semiárido baiano, se organizam para utilizar as tecnologias disponíveis ou mesmo criá-las à luz das suas necessidades, é fundamental para o entendimento das relações de poder que se estabelecem e, portanto, condicionam níveis diferenciados de territorialização dos sujeitos.

A tecnologia, de acordo com Vicente (2005), não se refere somente à coisa física, aos materiais e suas configurações. Segundo esse autor podemos usar a palavra tecnologia com um sentido amplo:

[...] que inclui não só a coisa física mas também a não física, que podemos encontrar nos sistemas tecnológicos complexos [...] elementos “mais *soft*”, tais como horários de trabalho, informação, responsabilidades coletivas, organização dos funcionários de uma empresa e até mesmo regulamentações jurídicas (p. 31-32).

Para acessar a água tem-se utilizado, no semiárido, a construção de açudes, barragem de rios, construção de adutoras e a construção de poços, que em alguns casos estão ligados a dessalinizadores. Cada um desses processos requer aparato tecnológico específico e trabalho organizado. Portanto, transformam a natureza e criam espaço. Esses espaços são ocupados e geram relações de poder. Assim, mudanças no uso do aparato tecnológico podem provocar alterações de conjunto. Além disso, um elemento a destacar é a forma como a sociedade e o Estado se relacionam com a tecnologia, sobre esse aspecto consideramos:

A relação sociedade e tecnologia, principalmente através da legitimação institucional, é fundamental para a definição dos rumos de uma determinada sociedade, já que o Estado tem, normalmente, grande poder de induzir processos que reelaboram o aparato tecnológico disponível. Além disso, a própria iniciativa privada, muitas vezes subsidiada pelo Estado, é capaz de gerar processos de reconstituição da base tecnológica usada socialmente (SILVA, 2002, p. 32).

A relação imediata do Estado com a tecnologia é fundamental no contexto de um determinado país. Logo, essa relação é de condicionamento, onde:

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados (CASTELLS, 1999, p. 31).

As políticas públicas podem, assim, frear o desenvolvimento tecnológico, processo verificado no Brasil quando, por exemplo, no governo Fernando Henrique Cardoso, essas políticas adotaram o incentivo à importação de máquinas e redução de recursos alocados para a ciência e a tecnologia (Rosenfeld, 1999).

Com a tecnologia de acesso a água não é diferente, ela pode ser gestada pelo Estado e difundida socialmente. O Estado, ao contrário, pode, atendendo a determinados interesses, criar mecanismos de manutenção, dificultando a inovação tecnológica e conseqüentemente, dificultando mudanças na estrutura de uma dada região. No semiárido os projetos estatais, que se propõem a

renovar a base tecnológica de acesso à água, são restritos a pequenas áreas, as denominadas “ilhas de modernidade”, como os pólos irrigados do eixo Juazeiro-Petrolina, na Bahia e Pernambuco.

Assim, o uso da água requer a construção e manutenção de um aparato técnico, que permita acessá-la, armazená-la e distribuí-la e de um aparato jurídico que permita definir como será o uso e quais serão os beneficiados. Nesse processo, estão envolvidas relações de poder, que são gestadas no conjunto da sociedade em múltiplas escalas. A influência dessas relações para o espaço geográfico é imediata.

4. As intervenções do governo do Estado da Bahia na bacia do rio Itapicuru

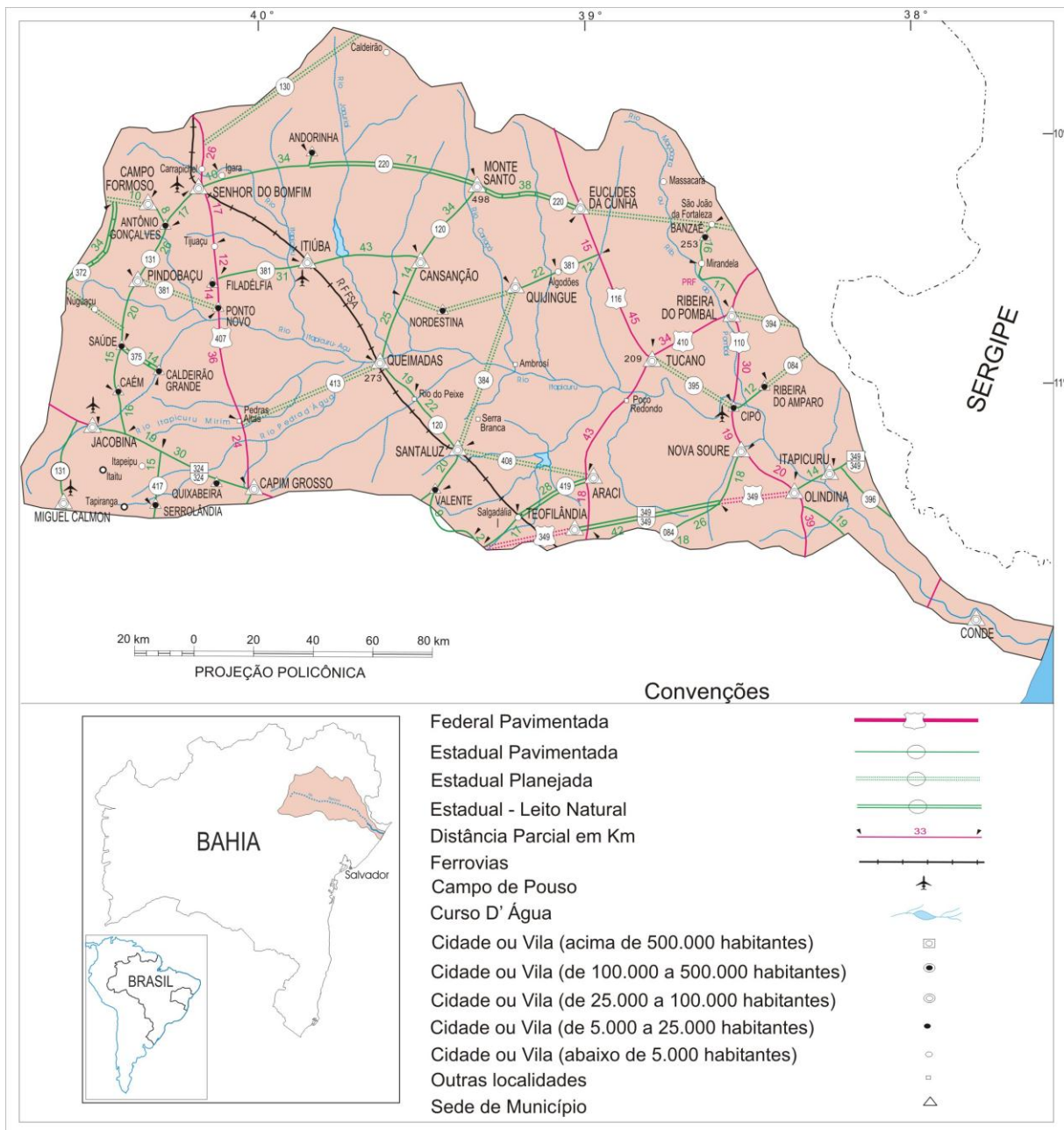
Antes de focar especificamente as ações do poder público na bacia do Rio Itapicuru, apresentamos uma breve caracterização do atual estágio das questões ligadas à água e ao seu uso.

A bacia do rio Itapicuru (mapa 1) é uma das principais do Estado da Bahia, ocupando 6,51 % da área do Estado. De acordo com dados obtidos junto à Agência Nacional de Águas (ANA), a área drenada chega a 36.440 km², abrangendo um total de 45 municípios. O rio principal é o Itapicuru e os principais afluentes são os rios Itapicuru-Açú, Itapicuru-Mirim, rio do Peixe, rio Jacurici, rio Cariacá, rio Quinjingue, rio Maçacará e o rio Poço Grande.

Do ponto de vista climático a área da bacia está sob o domínio do clima tropical. Considerando a classificação climática de Thornthwait verificamos que o rio principal nasce numa área subúmida, atravessa o semiárido, e desemboca numa área úmida, porém, a maior parte da bacia está sob domínio semiárido, sendo a maioria dos rios intermitentes. Ou seja, a maior parte da bacia hidrográfica localiza-se numa área onde os índices pluviométricos variam entre 400 e 800 mm, que não são números desprezíveis em matéria de precipitação. Porém, essa precipitação é muito concentrada ao longo do ano, possibilitando constantes ciclos de estiagem. Além disso, a bacia está localizada em duas áreas geológicas básicas: os afloramentos rochosos do embasamento cristalino e os afloramentos da bacia tucano-jatobá.

O Rio Itapicuru percorre uma extensão de aproximadamente 350 km até desaguar no oceano Atlântico, na área conhecida como litoral norte baiano. Ao longo do seu curso sofreu, e vem sofrendo até o momento, um conjunto de intervenções que tem modificado a dinâmica do ciclo hidrológico. Entre essas intervenções as mais graves são o desmatamento de vastas áreas de caatinga e mata galeria, o barramento de águas em grandes e pequenas represas e o lançamento de esgoto “in natura”, principalmente os dos maiores centros urbanos.

Mapa 1. Área da Bacia do Rio Itapicuru. Bahia – Brasil. Principais Rios e Rodovias.



Do ponto de vista da organização do espaço regional a área da bacia conta com alguns centros urbanos importantes que polarizam e dinamizam as atividades em três áreas principais: a noroeste uma região polarizada pela cidade de Senhor do Bonfim; na parte central da bacia a região sisaleira da Bahia, polarizada pela cidade de Santaluz; e a leste a área de influência das cidades de Ribeira do Pombal e Nova Soure. A área da bacia está bastante interligada por estradas pavimentadas, tanto estaduais quanto federais, com destaque para as BRs 407, 116 e 110 e para as BAs 120, 131 e 381.

De acordo com a ANA (2005) na área da bacia do rio Itapicuru três atividades se destacam: a silvicultura, a agropecuária e a mineração. A primeira na área próxima ao litoral, onde 60.000 hectares estão ocupados com plantações de eucalipto para a produção de papel e celulose. Já na agropecuária a área da bacia conta com 13 % do rebanho bovino da Bahia. Destaca-se também a criação de caprinos e ovinos na parte semiárida, com 16 % e 27 % do rebanho baiano, respectivamente. A atividade agrícola abrange, em toda a bacia, cerca de 500.000 hectares, com destaque para plantações de feijão, mandioca, milho e sisal. Próximo ao litoral, na área de clima mais úmido, destaca-se a fruticultura ligada à indústria beneficiadora principalmente de laranja, acerola, caju, coco, maracujá e abacaxi. A mineração é predominante na área do alto Itapicuru, onde 45 unidades industriais extraem minerais como cobre, cromo, manganês, calcário e barita, com destaque para os municípios de Jacobina, Senhor do Bonfim e Campo Formoso. Nos municípios de Cipó, Tucano, Itapicuru, Nova Soure e Ribeira do Amparo ocorre a extração comercial de água mineral.

5. A ação do Governo do Estado da Bahia a partir do PGRH/Ba.

Investigamos como uma ação do Estado induz um conjunto de reestruturações espaciais que influenciam na forma como as pessoas, num dado espaço, se relacionam com a questão da água, sua disponibilidade e uso. No Estado da Bahia, o primeiro PGRH foi pensado e implementado ainda no contexto da antiga Superintendência de Recurso Hídricos (SRH) que considerava:

As intervenções do governo do Estado na Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru constituem o maior conjunto de investimentos públicos já realizados na região. As construções das barragens de Pedras Altas, Ponto Novo, Aipim e Pindobaçu são responsáveis por mudanças expressivas em 45 municípios situados na área de influência da bacia, que ocupa uma área de 37 quilômetros quadrados e tem 90% da sua superfície inserida no semiárido (www.srh.ba.gov.br - acesso 06 de junho de 2006).

Essa ação do governo do Estado da Bahia na Bacia do Rio Itapicuru foi norteada pelo PGRH/Ba, que privilegiou a construção de barragens, a implantação de pólos de agricultura irrigada e a implementação de ações visando a formação do comitê de bacia. A análise do documento PGRH/Ba – Plano de Implementação, Volume A, que trata dos aspectos institucionais do projeto, datado de 18 de abril de 1997, nos permite realizar uma síntese dos aspectos fundamentais ligados ao estudo dos recursos hídricos da Bacia do Rio Itapicuru. Na apresentação chamam atenção três aspectos:

- destaque para o semiárido baiano e ênfase na questão da escassez de água;
- destaque para o fato do projeto já se iniciar sob os novos marcos institucionais

e jurídicos como a Lei Federal nº 9.433/97 que institui a política nacional de recursos hídricos, e pela Lei Estadual nº 6.855/95 que estabelece princípios e normas que regem a política, o gerenciamento e o plano estadual de recursos hídricos;

- o fato de o projeto enfatizar a importância tanto do componente institucional quanto do componente estrutural.

O PGRH teve, obrigatoriamente, de se inspirar nos princípios da legislação federal que impõe uma determinada visão das questões relacionadas ao uso da água e da forma como a esfera pública deve normatizar esse uso. A própria Lei Estadual 6.855 está condicionada pelas leis federais, uma vez que no Brasil a competência de legislar sobre as águas está, constitucionalmente, com a união. Aos Estados cabe, nas leis decorrentes, tratar de políticas, diretrizes e critérios de gerenciamento de recursos hídricos.

Outro fato a destacar é a influência do Banco Mundial na preparação e implementação do PGRH, uma vez que esse foi concebido para aportar recursos do banco, ele participou efetivamente do projeto. Bom exemplo disso é o fato dos objetivos do PGRH terem sido estabelecidos em reunião do então Governador do Estado com uma Missão do Banco Mundial.

Do objetivo geral do projeto consta:

- revisar as estratégias do Governo do Estado e estabelecer um novo modelo para o setor de recursos hídricos;
- projetar um modelo integrado e descentralizado por bacia hidrográfica;
- considerar a participação dos usuários através de colegiados de bacias hidrográficas.

Os objetivos específicos estão subdivididos em componente institucional e componente de infraestrutura. No primeiro destaca-se a intenção de reorganizar a SRH e de regulamentar a Lei 6.885/95, a implementação de sistemas de informações e a descentralização do gerenciamento e da administração enfatizando um papel mais ativo para as Regiões Administrativas da Água (RAA's). Importa salientar que esse processo foi abortado quando da vitória eleitoral do PT em 2006 que resultou no fechamento da SRH e sua substituição pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ). Já no componente infraestrutura interessa o fato de que no PGRH foi estabelecido que:

Haverá concentração inicial do componente de infraestrutura na bacia do Rio Itapicuru, sem prejuízo dos estudos e projetos necessários à definição de outras obras a serem priorizadas no futuro, com o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- a) Barragem de Ponto Novo e sistemas associados de abastecimento e irrigação [...];
- b) Programa Piloto de Aproveitamento de Águas Subterrâneas na área do aquífero tucano [...];
- c) Projeto de Recomposição Florestal de Mata Ciliares [...];
- d) Reabilitação de estruturas hidráulicas (PGRH/BA, 1997, p. 2).

Uma vez definidos os objetivos e a área prioritária de ação o projeto determina a estrutura do PGRH. O mesmo foi custeado por recursos provenientes de empréstimo internacional do

Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e pelo Governo do Estado da Bahia, sendo 60 % dos investimentos provenientes do banco.

As ações do PGRH foram implementadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, através da antiga SRH que era o órgão gestor do projeto, com o apoio de outros órgãos públicos como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S. A. (EMBASA), a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), a Habitação e Urbanização da Bahia S. A. (URBIS), a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), o Centro de Recursos Ambientais (CRA), a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), e a Diretoria de Defesa Florestal (DDF).

Além das obras do componente infraestrutural, merece atenção na estrutura do programa os itens A – fortalecimento institucional, B – suporte técnico ao gerenciamento de recursos hídricos e C – planejamento, todos do componente institucional, porque lidam com a capacitação das pessoas envolvidas, desde técnicos especializados até os usuários finais da água. Em nossa perspectiva esse aspecto deveria ter sido focado com maior ênfase que o componente estrutural.

Além desses aspectos, o documento base do PGRH trás também uma síntese da legislação federal e estadual a cerca dos recursos hídricos e uma caracterização dos órgãos públicos envolvidos diretamente com o projeto, além do relacionamento do mesmo com o PROÁGUA, projeto em escala federal que também atua na área foco do PGRH.

Do item análise econômico-financeira podemos destacar dois aspectos: primeiro o documento afirma que a água é o recurso mais limitante para o desenvolvimento da agricultura no estado da Bahia (PGRH, 1997) e baseado nisso destina 35 % dos recursos para o componente institucional e 65 % para as obras de infraestrutural.

Esse aspecto revela que, apesar de admitir a importância do papel das pessoas envolvidas nas reestruturações propostas no projeto, a lógica continua sendo a de primeiro servir de infraestrutural e depois, ou ao mesmo tempo, mas secundariamente, investir nas pessoas para um uso adequado do aparato que está sendo disponibilizado.

Além disso, argumentamos que o problema do semiárido não é, e não será em curto prazo, escassez de água, mas sim a capacidade dos sujeitos sociais envolvidos de empreenderem ações sociais e produtivas que resultem em uma utilização mais racional dos recursos disponíveis, ou mesmo, a diminuição da concentração da terra, da renda e do poder. Quando o PGRH centra suas premissas iniciais na escassez de água acaba por supervalorizar a dotação de infraestrutural e minimizar o papel da capacitação das pessoas para conviver com o ambiente semiárido e para o exercício do uso da água de forma mais democrática e cidadã, apesar de haver, no projeto, uma intenção de trabalhar com cursos, capacitação, organização de comitês, etc., essas ações foram secundárias, o foco foi infraestrutural.

A SRH também se organizou para abrigar o PGRH, uma vez que se tratou de gerir a aplicação de recursos da ordem de 85 milhões de dólares. Além disso, a implementação envolveu a articulação com outros órgãos estaduais e com a população dos locais escolhidos e seus órgãos e entidades representativas. Assim, a Unidade de Gestão de Projetos (UGP) passou a trabalhar como unidade exclusivamente vinculada ao projeto, com a capacidade de contratar técnicos e especialistas e promover diversas ações. Merece menção também o plano de descentralizar a administração através das Regiões Administrativas da Água (RAA's) sob a forma de escritórios regionais e das Casas de Recursos Naturais, que deveriam servir de suporte à execução das ações do PGRH.

Do ponto de vista da infraestrutura, o projeto cumpriu a meta de construir a barragem de Ponto Novo, reassentar as famílias atingidas pela barragem, com a construção de casas e sistema de irrigação, e construir o sistema de abastecimento Tucano I.

Já do item institucional foi construída a infraestrutura da rede hidrométrica e as sedes das RAA's, que contribuem para o fortalecimento institucional e para o suporte técnico. Além disso, a Barragem de Pindobaçu foi concluída em 2005. Outra ação importante foi a construção da barragem de Bandeira de Melo na Bacia do rio Paraguaçu, concluída em 2006, o que redirecionou o foco inicial do PGRH para outras Bacias Hidrográficas do Estado.

Queremos chamar atenção para o fato de ser a construção de barragem a ação que desencadeia todas as outras. Como a concepção é de que o problema generalizado é a falta d'água, o Estado se preocupa em reordenar o território disponibilizando, através de uma tecnologia de alto padrão e extremamente cara, ante os custos de cada projeto, a possibilidade de armazenar água para diversos fins.

6. O PGRH/Ba na Bacia do Rio Itapicuru.

O PGRH implantou, a partir de 1997, um conjunto de ações bastante específicas. No entanto, essas ações foram realizadas até abril de 2006. De acordo com a SRH as intervenções estão listadas no quadro 1. O destaque é mesmo a construção de barragens nos principais rios da bacia. Esse é o ponto de partida: armazenar água para compensar os meses do ano onde a chuva deixa de cair, suprimindo com segurança o abastecimento urbano e as áreas de irrigação.

É necessário ressaltar que a construção da barragem de Ponto Novo forçou o reassentamento de 137 famílias, desterritorializadas, num primeiro momento, e colocadas sob um processo de readaptação ao novo local de trabalho e moradia. Esse não é um processo simples, envolve tomada de decisão firme e negociação social. Também ocorreu a implantação de um pólo de irrigação, com a capacidade de irrigar 4 200 hectares, possibilitando nova atividade econômica, com forte rebatimento social e ambiental, um processo de modificação do hábito cotidiano das pessoas

envolvidas, provocado pela disponibilização de um aparato técnico que antes não existia. Além disso, houve intervenções no sentido de organizar as pessoas para a nova realidade, induzindo a criação de associações, comissões de usuários de água e comitê de bacia.

Quadro 1.

Principais ações realizadas no PGRH – Bacia do Rio Itapicuru. Bahia. Brasil. 2006.

Ações Executadas	Indicadores de execução
Construção da Barragem de Ponto Novo com capacidade de acumulação de 39.600.000 m ³ de água com possibilidade de irrigar 4.200 ha.	Barragem concluída em 1999
Reassentamento de 83 famílias atingidas pelo lago da barragem, beneficiadas com infra-estrutura habitacional (casa, energia, estradas e saneamento).	Melhoria na qualidade de vida, com o fornecimento de moradia (casas de alvenaria e instalações hidro-sanitárias completas) e ajuda de custo (dinheiro e cestas básicas).
Implantação do Sistema de Irrigação 1ª etapa para atendimento aos reassentados com a disponibilização de 415 ha de lotes irrigados.	Implantação de 415 ha irrigados divididos entre as famílias reassentadas, com toda assistência técnica para plantio. Incremento do nível salarial e na aquisição de bens de consumo e serviços. Redução do fluxo migratório rural – urbano. Melhoria no atendimento aos usuários da água na região.
Construção de 6 Casas de Recursos Naturais em 6 regiões do Estado	Regionalização das ações de fiscalização e outorga, economia de gastos e maior integração nas ações interinstitucionais (SRH, CRA e SFC). Melhoria no atendimento da SRH para com os usuários da água
Instalação e operação e manutenção de 130 estações hidrométricas automáticas e 175 convencionais	Aumento da confiabilidade dos dados coletados e agilidade na coleta dessas informações.
Implantação do Banco de Dados socioeconômico e hidrometeorológico.	Disponibilização de dados para suporte às ações de gerenciamento.
Ações de fortalecimento e desenvolvimento institucional, incluindo capacitação de usuários de água e de monitoramento de projeto.	Criação da Lei nº 8.194, que dotou a SRH de autonomia administrativa e financeira. Realização de cursos de curta duração e de capacitação técnica (especializações e mestrados). Compra de móveis e equipamentos diversos.
Implantação do Sistema Piloto de Tucano	Beneficiamento de 27.000 pessoas com acesso a água de excelente qualidade proveniente do aquífero sedimentar de Tucano.

Eletrificação do Sistema de Irrigação de Ponto Novo	55 km de rede instalada e disponibilização de uma linha de transmissão de 69 Kv.
Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos	Documento de planejamento para a gestão dos recursos hídricos contendo informações básicas necessárias para orientar o Governo no processo de tomada de decisões quanto à implementação de ações para o Estado.
Implantação do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social – PECS nas Bacias dos Rios Itapicuru e Paraguaçu	Realização de seminários, cursos de capacitação em educação ambiental e gestão de recursos hídricos, oficinas de acompanhamento dos multiplicadores, feiras do Meio Ambiente, criação de bibliotecas da água e formação de um Núcleo de Educação Ambiental (NEA) em cada município participante.
Implantação de organismos de bacias e organização dos Usuários da Água	Criação de quatro Associações de Usuários da Água ao redor da Barragem de Ponto Novo, 26 Comissões de Usuários da Água - COMUA, em 26 municípios. Criação do Consórcio Intermunicipal de Usuários da Água do Alto e Médio Itapicuru, formado por 11 municípios. Instituição do primeiro Comitê de Bacias da Bahia (Comitê das Bacias do Leste).

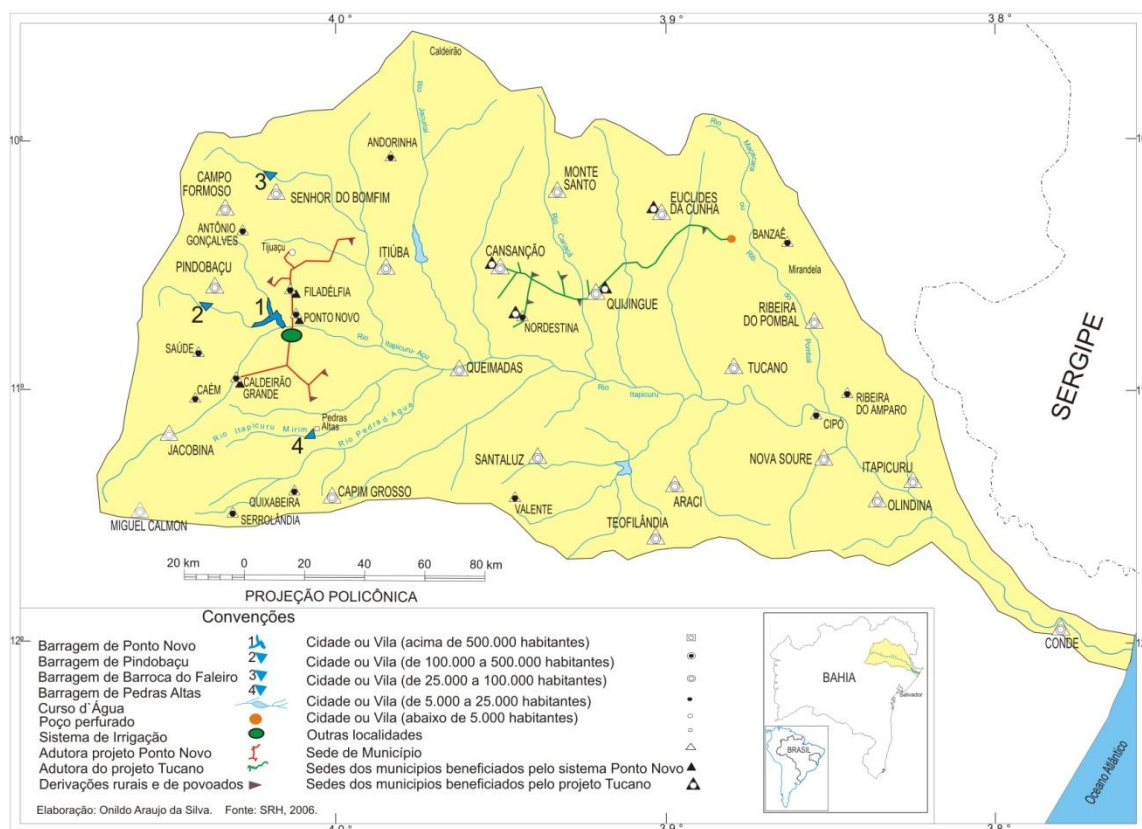
Fonte: www.srh.ba.gov.br (Acesso em 22 de abril de 2006).

Ainda de acordo com a SRH a barragem de Pindobaçu, com capacidade de acumular um volume de 16.879.472 m³ de água contou com um investimento de 23 milhões de reais. A Barragem de Ponto Novo contou com investimentos da ordem de 39,7 milhões de reais, é capaz de armazenar 38.940.000 m³ de água e já conta, no seu entorno, com dois grandes projetos de irrigação. A barragem de Pedras Altas possui capacidade para armazenar 38.450.000 m³ de água e tem seu uso destinado ao abastecimento humano.

Além disso, o PGRH também investiu na construção de adutoras que viabilizam o abastecimento dos centros urbanos e de várias áreas na zona rural, garantindo água de qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades econômicas. Vale ressaltar que em 2012 o governo estadual finalizou a construção da adutora de Pedras Altas e passou a disponibilizar água para 12 municípios localizados no semiárido baiano, uma ação de continuidade daquilo que tinha sido projetado anteriormente.

Em trabalho anterior mapeamos as intervenções estruturais do PGRH na bacia do rio Itapicuru (mapa 17) e destacamos que:

Mapa 17
Intervenções estruturais do PGRH na bacia do rio Itapicuru.



Com relação à bacia do rio Itapicuru as intervenções estruturais se concentraram em dois grandes projetos: o sistema integrado de Tucano e a implantação dos projetos de Ponto Novo. Além disso, foram construídas 4 barragens para dar suporte às ações de irrigação e abastecimento (mapa 17).

As barragens foram pensadas como um sistema integrado para manter parte do rio Itapicuru perene e para manter o nível do reservatório principal que é o de Ponto Novo, de onde se retira a água para os projetos de irrigação. Já a implantação do Sistema Piloto de Tucano beneficiou 27.000 pessoas nos municípios de Quinjingue, Nordestina, Tucano e Euclides da Cunha, que passaram a contar com adutora que abastece a zona urbana e rural com uma água de excelente qualidade (SILVA, 2008. p. 197).

As barragens foram as intervenções principais, associadas a elas o Estado constrói sistemas de adutoras para abastecimento urbano e derivações rurais e incentiva a agricultura irrigada. Ainda hoje (2013), com relação a bacia do rio itapicuru, não constatamos mudanças significativas na política de recursos hídricos, mas sim o surgimento de conflitos pontuais relacionados ao uso da terra e da água no entorno da barragem de Ponto Novo.

7. Considerações Finais

Constatamos que o Estado da Bahia, através do governo do Partido da Frente Liberal, foi capaz de se apropriar de fato do território, relocar pessoas, firmas e instituições, reordenando usos do solo a partir da disponibilização planejada de água e tecnologias. A ação do Estado é sim um

condicionante para a difusão de inovação e para a reestruturação territorial. Essa ação é marcada pela ampla participação dos envolvidos à medida que estão esclarecidos e informados corretamente sobre cada ação.

Porém, apesar de constar do PGRH/Ba cursos de capacitação, seminários e outras formas de difundir conhecimento, o programa peca por não enfatizar o homem do campo. Em nosso trabalho de campo conversamos com agricultores analfabetos ou com baixo nível de instrução e verificamos que não adianta fornecer equipamentos, tentar induzir uma nova mentalidade empresarial, se essas pessoas não tiverem acesso à educação de qualidade.

Aliás, aqui está outro problema grave na execução do PGRH: a tentativa de transformar agricultores familiares em pequenos empresários rurais. As unidades produtivas foram pensadas na lógica do mercado, da microempresa rural e não numa unidade que primeiro pensa em suprir as necessidades básicas da família para só depois vender o excedente produtivo. Então temos o problema fundamental: como pessoas com pouco nível de instrução se transformarão em empresários competindo no mercado capitalista atual?

Talvez a resposta a essa pergunta explique porque tem ocorrido a venda de lotes fornecidos aos agricultores reassentados em Ponto Novo, que se traduz, em última instância, na ratificação, por cada produtor, de sua incapacidade de produzir em um programa que, do ponto de vista capitalista, é viável e lucrativo, já que está subsidiado pelo Estado no que se refere aos custos da implantação de novas tecnologias e assistência técnica.

Logo, verificamos que as diretrizes das políticas públicas aplicadas na Bahia sob o comando do governo do Partido da Frente Liberal têm focado a infraestrutura, como no caso do PGRH que destina 65 % para essa esfera e só 35 % para a esfera institucional, na lógica de que o Estado deve fornecer os instrumentos para a iniciativa privada operar seus projetos. É o caso de Ponto Novo onde o objetivo maior é fornecer infraestrutura para 63 lotes empresarias.

8. Referências

CAR (BA). (1995). **Recursos hídricos no Estado da Bahia – Ênfase no semi-árido**. Salvador, Brasil. CAR.

Castells, M. (1999). **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo, Brasil. Paz e Terra.

Castro, I. E. de. (1996) *Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C.; Corrêa, R. L. (Orgs). **Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território**. Rio de Janeiro, Brasil. Bertrand Brasil.

Dowbor, L; Tagnin, R. A. (2005) **Administrando a água como se importante**. São Paulo, Brasil. Editora SENAC.

Garjulli, R; Rodrigues, H. E.; Oliveira, J. L. F. (2004). **A Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Semiárido**: a Experiência do Ceará. Rio de Janeiro, Brasil. Interciência.

Giovana, S. A; Armando, J. G. T; Neli B.C; Amaury X. (2003) **Bahia Análise e Dados**. Projeto de Gerenciamento de recursos hídricos do estado da Bahia – PGRH/BA. v. 13. p. 517-530.

Haesbaert, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo, Brasil. Contexto, 2003.

INSTITUCIÓN FERNANDO EL CATÓLICO. **El agua a debate desde la universidad**. Hacia una nueva cultura del agua. 1º Congreso ibérico sobre gestión y planificación de aguas. Zaragoza, España, 1999.

Lima, O. A. L. de. Geosistemas e recursos hídricos: água subterrânea no estado da Bahia. **Revista Bahia Análise e Dados**. v. 13. p. 391-402. 2003.

Machado, C. J. S. (Org) **Gestão de águas doces**. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Interciência, 2004.

Orea, D. G. **Ordenación Territorial**. Madrid, España. Ediciones Mundi – Prensa y Editorial Agrícola Española S. A., 2002.

Rosenfield, D. I. Modernização caipira e desenvolvimento científico-tecnológico. **Revista universidade e sociedade**. v.9. n. 20.p. 56-58, set/dez. 1999.

Santos, E. M. C. **Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia**: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente.. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. 2002. (Dissertação de Mestrado).

Santos, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Brasil. HUCITEC, 1996.

Santos, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo, Brasil. HUCITEC, 1998.

Santos, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Brasil. HUCITEC, 2000.

Silva, O. A. da. **A influência do uso do computador para a aprendizagem no ensino superior**: a experiência do LAGEO/UEFS. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil. 2002. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, O. A. da. *Água e seca no semi-árido baiano: relações com a tecnologia e com o território*. **Revista Abalar**: A geografia galega en construción. n. 3. Proxecto Abalar. Santiago de Compostela, 2005.

Silva, O. A. da. **Políticas públicas, recursos hídricos e reorganização espacial no semi-árido baiano**: o caso da barragem de Ponto Novo na Bacia do Rio Itapicuru – Bahia – Brasil. Trabalho de Investigação Tutelada. Doutorado em Geografia. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, Espanha. 2006.

SILVA, O. A. da. **Recursos hídricos, ação do estado e reordenação territorial**: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de ponto novo no estado da Bahia - Brasil. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2008. (Tese de Doutorado).

SRH/Ba. **Recursos hídricos**: legislação básica do estado da Bahia. Salvador, Brasil. 1997.

SRHSH/SRH/Ba. (1997). Projeto de gerenciamento de recursos hídricos – PGRH. Salvador, Brasil.

Tedesco, J. C. (Org) **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo, Brasil. UPF, 2001.

UNESCO. **Agua para todos, agua para la vida** – informe de las Naciones Unidas sobre el desarrollo de los recursos hídricos en el mundo. España. Prensa libros, 2003.

Villaverde, A. Por uma política de ciência e tecnologia para o país. **Revista universidade e sociedade**. v.9. n. 20. p. 51-55, set/dez. 1999.

<http://www.sudene.gov.br/>

<http://www.srh.gov.ba.br>

<http://www.ana.gov.br>

<http://www.mi.gov.br>

<http://www.ibge.br>

<http://www.sei.gov.br>